

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19/07/2014

1 Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e catorze, com início às
2 catorze horas e trinta minutos, em segunda convocação, no auditório do
3 Hotel Renar, situado na Avenida Beira Lago, 150, Centro – Fraiburgo – SC,
4 realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos
5 Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – SINJUSC.
6 A Assembleia foi presidida pelo Senhor Laércio Raimundo Bianchi,
7 presidente do SINJUSC, tendo como secretário dos trabalhos, o Senhor
8 Carlos Augusto Wehle. Estando presentes, conforme lista de presença em
9 anexo, os filiados regularmente inscritos e membros da diretoria. O Senhor
10 Presidente de acordo com as suas atribuições legais e estatutárias e em
11 conformidade com os arts. 19º, 21º e 22º do Estatuto, convocou todos os
12 Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina para deliberar nesta
13 assembleia, sobre a seguinte Pauta: 1) Síntese dos últimos 6 (seis) meses
14 de gestão; 2) Auditoria no SINJUSC – demonstração de minuta do relatório
15 da auditoria; 3) Fazendo escola; 4) TV Floripa; 5) Autorização de ingresso de
16 Ações Judiciais; 6) Resoluções do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; 7)
17 Auxílio-Saúde; 8) Auxílio-Alimentação; 9) Auxílio-Educação; 10) Tabela
18 Salarial; 11) Projeto Elevação de Nível; 12) Projeto Disfunções; 13) Jogos do
19 Judiciário; 14) Filiação à Central Sindical e Fenajud. Iniciando os trabalhos, o
20 Presidente Laércio Raimundo Bianchi, deu as boas-vindas aos presentes e
21 fez uma síntese dos últimos 6 (seis) meses de gestão, apresentando os
22 trabalhos desenvolvidos pela atual diretoria até a presente data. Pelo
23 presidente, foi sugerido o redesenho das letras “J” e “F” do logotipo
24 SINJUSC e INFORMES e para isso sugeriu fazer um concurso entre os
25 filiados sobre o novo logotipo das palavras supramencionadas. Com a
26 palavra, o diretor Luiz discorreu sobre a Auditoria no SINJUSC,
27 demonstrando a minuta do relatório entregue pela empresa Audsistem,
28 apresentando aos presentes algumas irregularidades tais como: editais,
29 listas de presenças e atas inexistentes, atas do Conselho Fiscal, ausência
30 de deliberações sobre plano orçamentário e demonstrações contábeis,
31 doações em valor superior ao estabelecido em Assembleia Geral,
32 empréstimos, ações trabalhistas, contribuição sindical, TV Floripa
33 (gratuidade da locação, empréstimos e doações), serviços prestados sem
34 contrato de prestação de serviços, despesas com carnaval, despesas com
35 viagens, com indícios de caráter particular etc. Obedecendo a ordem de
36 inscrição falaram: Soraia, ex-diretora do Sinjusc; Ana; Alcides; Cátia, ex-
37 diretora do Conselho Fiscal e solicitaram a dilação do prazo de 2 minutos



Carlos Augusto Wehle C. Silva
Advogado - OAB/SC 21709
CPF 020.575.879-75

Av. Mauro Ramos, 448 – 2ºPiso
Centro, Florianópolis, SC
88020-300

CNPJ 80.151.087/0001-37

Fones: 0800-7011690 / (48)3224-8079

Internet: www.sinjusc.org.br, e-mail: sinjusc@sinjusc.org.br

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19/07/2014

38 para mais. Marcos transferiu a palavra dele para Volnei Rosalen, que
39 solicitou que após a conclusão da auditoria seja marcada uma nova
40 assembleia para poder discutir os pontos aqui relatados. Ricardo Schimdt
41 Maes também solicitou a dilação do prazo para poder falar. Alan do TJSC e
42 Cátia Ana, de Concórdia usaram da palavra por 2 minutos, concluíram
43 pedindo a prorrogação do prazo. A mesa diretora, atendendo aos pedidos,
44 deliberou sobre as seguintes proposições: a) a primeira no sentido de
45 aumentar para 3 minutos o prazo para manifestação na assembleia. Em
46 votação: A favor, 68 filiados. b) segunda proposta para falar 5 minutos: A
47 favor, 32 filiados. Vencendo a primeira proposição de 3 minutos. Por
48 proposição da mesa diretora e acolhido pela maioria dos presentes, foi
49 estabelecido que sobre os temas Auditoria, Fazendo Escola e TV Floripa
50 ficarão para outra assembleia a ser realizada oportunamente. Em face disso,
51 os itens 3) Fazendo Escola e 4) TV Floripa foram retirados de pauta. O
52 secretário jurídico Mauri, explanou sobre a autorização de ingresso de Ações
53 Judiciais, onde primeiramente apresentou as ações judiciais em andamento:
54 ação de execução contra o SINJUSC referente o imposto sindical, URV –
55 incorporação, mandado de segurança dos aposentados (suspensão do
56 auxílio-alimentação, ação rescisória (cobrança dos 10% não pagos pelo
57 Estado), auxílio-creche (ação contra a incidência do IR), mandado de
58 injunção (aposentadoria especial, direito de greve), VPNI, imposto de renda
59 sobre juros, precatórios, recebimento de boa fé, processos administrativos,
60 mandados de segurança para os Analistas Administrativos e Jurídicos. Foi
61 apresentada uma proposição de que a diretoria do SINJUSC, acompanhada
62 de Volnei Rosalen e Cláudio Del Prá Netto, juntamente com os presidentes
63 do Sindojus, da ASTJ e dos Oficiais da Infância e Juventude, a partir da
64 semana que vem, iniciem a negociação do pagamento da URV, o que foi
65 aceito por unanimidade pelos presentes. Fica consignado que a partir da
66 apresentação de uma proposta concreta será chamada uma nova
67 assembleia. A mesa diretora colocou para votação em bloco o ingresso das
68 seguintes ações: 1. aposentadoria especial e abono de permanência; 2.
69 obtenção de aposentadoria especial e abono de permanência - mandado de
70 injunção ingressado pelo Sinjusc e súmula 33 do Supremo Tribunal Federal;
71 3. isonomia dos valores do auxílio-alimentação aos aposentados; 4. Ação
72 Judicial buscando a cobrança da gratificação ao segundo assessor de
73 gabinete; 5. redução da gratificação recebida com fulcro no art. 85, da lei
6745/85 com o recebimento da VPNI; 6. incorporação da gratificação de



Carlos Alexandre C. S. S. S. S.
Advogado - OAB/SC 21709
CPF 020.575.879-75

Av. Mauro Ramos, 448 – 2º Piso
Centro, Florianópolis, SC
88020-300

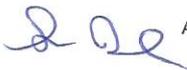
CNPJ 80.151.087/0001-37
Fones: 0800-7011690 / (48)3224-8079

Internet: www.sinjusc.org.br, e-mail: sinjusc@sinjusc.org.br

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19/07/2014

75 diligências a aposentadoria dos Oficiais de Justiça; 7. declarar a exação da
76 incidência do imposto de renda sobre o terço constitucional de férias; 8.
77 declarar a exação da incidência do imposto de renda sobre o auxílio-
78 transporte; 9. ação visando à recuperação de valores da contribuição
79 previdenciária dos assessores de magistrados; 10. não incidência da
80 contribuição previdenciária (IPREV) sobre o terço de férias e férias
81 usufruídas; 11. pagamento da VPNI desde a data da lei 15.138 e da
82 implementação dos requisitos legais; 12. ação judicial declarando o direito
83 dos servidores que desempenham várias atribuições em cargos não criados
84 por lei e conseqüentemente não podem optar por 40% do valor respectivo;
85 13. ação de notificação e de prestação de contas dos valores recebidos
86 pelos advogados no precatório nº 500.9.000024-4, originário da ação
87 interposta por Abelardo Firmino e outros (Autos de n. 023.96.006098-6); 14.
88 ação visando a isonomia aos novos analistas jurídicos e administrativos à
89 decisão proferida no Mandado de Segurança nº 2011.067441-4; 15. ação
90 visando a implantação da gratificação assegurada no Mandado de
91 Segurança nº 2011.067441-4 aos aposentados. 16. ação de cobrança dos
92 valores declarados na decisão proferida no Mandado de Segurança nº
93 2011.067441-4 retroativo à data da Lei nº 512/2010; 17. disfunções. 18.
94 ações judiciais contra a Resolução nº 44/2013; 19. cobrança dos dias em
95 cumprimento de escala de plantão e gastos com veículo particular. Foi
96 retirado de pauta o ingresso da ação que visava a recuperação de valores
97 da contribuição previdenciária dos assessores de magistrados, descrita no
98 item 9 da proposta acima, permanecendo intacta as demais ações a serem
99 propostas. Houve questionamentos em relação à votação em bloco das
100 ações. Submetida à votação, venceu a proposta de votação em bloco das
101 ações por 46 votos a favor e 45 votos contra e 05 abstenções. Vencida a
102 etapa, foi colocado em votação o ajuizamento das ações. Vencendo por 62
103 votos a favor e 34 votos contra o ingresso. Com a palavra Fernando Amorim
104 Coelho, da Capital, manifestou-se com relação ao benefício recebido por
105 alguém da família que já recebe um, se há possibilidade de que todos
106 recebam independentes de outros. Daniele Burigo, de Lages, falou para
107 estabelecer o princípio da isonomia no auxílio-saúde e fazer um pedido ao
108 TJSC sobre o abono natalino. Bruno André Dotta, de Campos Novos, alegou
109 que muitos funcionários não foram beneficiados com o auxílio-saúde;
110 pleiteou majoração dos valores do auxílio-alimentação e auxílio-educação.
111 Cláudio Del Prá Netto, do TJSC, manifestou-se sobre os cuidados com as

CIVIL TIT. DOC. PESSOAS JURÍDICAS
111
10 SUB. DISTRITO
Jolê Luz Faria
Oficial
Carlos Alexandre C. Silva
Advogado - OAB/SC 21709
CPF 020.575.879-75


Av. Mauro Ramos, 448 – 2ºPiso
Centro, Florianópolis, SC
88020-300
CNPJ 80.151.087/0001-37
Fones: 0800-7011690 / (48)3224-8079
Internet: www.sinjusc.org.br, e-mail: sinjusc@sinjusc.org.br

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19/07/2014

112 diferenciações das denominações auxílio-alimentação e auxílio-saúde, no
113 que se refere de onde sairá o dinheiro para pagamento de ambos. Pela
114 mesa diretora foi explicado que será confeccionado um projeto de elevação
115 de nível ao TJSC. Sobre o PCS, depois de serem refeitos os estudos, o
116 mesmo será levando à discussão entre os servidores, sendo este o foco da
117 direção do SINJUSC. Fez uso da palavra o presidente do Sindojus, Cesar
118 Deschamps, que falou sobre o longo caminho trilhado pelos Oficiais de
119 Justiça, no que concerne à elevação do nível superior, em torno de 16 anos.
120 Usaram das palavras: Alcides Alonço, Alan, Cátia, Cláudio, Soraia e Ana que
121 argumentaram que o foco da categoria dos TJA's é a elevação do nível
122 superior e não o aumento da gratificação da categoria. Márcia falou sobre o
123 desconhecimento dos percentuais de gratificação dos TJA's. O presidente
124 Laércio, afirmou que nos próximos dias será divulgada na página do
125 SINJUSC, os percentuais de gratificação fixados pelo TJSC. Volnei Rosalen
126 fez uso da palavra e sugeriu que a categoria seja ouvida nas bases, antes
127 de ser aceita a proposta do TJSC, no que se refere à gratificação. O
128 presidente Laércio disse que a proposta era da Associação dos TJA's e
129 disse ainda, que o propósito do SINJUSC é a elevação do nível superior
130 para os TJA's, independentemente do grau de escolaridade. Mauri explanou
131 novamente sobre a disfunção e esclareceu as dúvidas suscitadas. Foi
132 solicitada a inversão do ponto de pauta. A assembleia acatou a inversão da
133 ordem da pauta, no que diz respeito à Central Sindical e Fenajud. Com a
134 palavra Volnei Rosalen sobre o Fenajud: falou da importância da filiação do
135 SINJUSC à Fenajud e explicou o que se está fazendo e a importância das
136 propostas da federação; disse também, ser o secretário daquela entidade.
137 Jogos do Judiciário: Maria Elizabete, na qualidade de credora de serviços
138 prestados nos jogos de Itajaí se manifestou solicitando o pagamento do seu
139 crédito. Foi dada a palavra ao Cláudio Del Prá Netto para se manifestar
140 acerca da dívida solicitada. Disse que o SINJUSC já havia orçado e
141 entregue cinquenta mil reais e tiveram que ampliar em mais vinte e cinco mil
142 reais. Sugeriu maior controle de gastos nos jogos em Lages. Foi colocado
143 em votação sobre o pagamento do crédito de Maria Elizabete, da cidade de
144 Itajaí. Ficou decidido, pela maioria de votos, que se pague o valor devido a
145 ela e que se busque junto ao servidor Pablo, da comarca de Itajaí, o devido
146 ressarcimento. Ficou decidido também, que este será o único pagamento
147 aos prováveis credores, se existentes ainda. Sobre os jogos do judiciário a
148 ser realizado na cidade e comarca de Lages, Daniele fez sua explanação

CIVIL TIT. DOC. E PESSOAS JUR. SC
1º SUB. DISTRITO
José Luz Piana
Oficial
Carlos Alexandre C. Siqueira
Advogado OAB/SC 21709
CPF 020.575.879-75


Av. Mauro Ramos, 448 – 2ºPiso
Centro, Florianópolis, SC
88020-300
CNPJ 80.151.087/0001-37
Fones: 0800-7011690 / (48)3224-8079
Internet: www.sinjusc.org.br, e-mail: sinjusc@sinjusc.org.br

ATA DA 1ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19/07/2014

149 sobre os aludidos jogos. Sebastião Demessiano da Silva, de Itajaí, sugeriu
150 que nos próximos jogos a OAB, a Associação dos Magistrados e a
151 Associação do Ministério Público, por participarem dos eventos, façam
152 também, assim como o SINJUSC, uma contribuição para os jogos. Doraci
153 Aparecido Pereira, de Brusque, sugeriu a redução das modalidades. A
154 comarca de Tubarão tem interesse de sediar os próximos jogos. Nedi
155 Terezinha de Vila Moreira, de São Miguel do Oeste, manifesta pelo
156 encaminhamento de um estatuto único dos jogos, que já se encontra pronto,
157 à diretoria de esportes para a implementação, o que foi anotado. Nada mais
158 a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a assembleia geral
159 extraordinária, às 21h10. Eu, _____ (Carlos Augusto
160 Wehle), Secretário-Geral, lavrei a presente ata.

161 Laércio Raimundo Bianchi - Presidente 




Carlos Alexandre C. Silva
Advogado - OAB/SC 21709
CPF 020.575.879-75